

Revista do Poço da Draga



Realização:



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



FICHA TÉCNICA

Coordenadora geral: Irllys Alencar Firmo Barreira
Equipe técnica: Genilria Almeida Rios
Luíza Perdigão
Equipe de apoio: Lorena Gomes Nicolas Gonçalves e Costa
Vanessa Pereira

EQUIPE POLÍTICAS PÚBLICAS

Coordenadora de área: Roselane Gomes Bezerra
Equipe técnica: Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Ruy Aurélio Batista Rolim de Souza
Gabrielly Sousa Andrade
Naiara Tainá de Souza Maia
Larissa da Silva Ferreira
Amon Elpídio da Silva
Gerardo Aguiar Vale Neto
Luiz Wanderley Lima Filho

EXPEDIENTE REVISTA

Texto: Roselane Gomes Bezerra
Suely Salgueiro Chacon
Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Oliveira
Diagramação: Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Design Gráfico: Marcelo Rodrigues Rabelo
Valdiana Silva de Oliveira
Revisão: Roselane Gomes Bezerra
Suely Salgueiro Chacon



**Prefeitura de
Fortaleza**
Instituto de Planejamento
de Fortaleza



Introdução

A revista do Poço da Draga busca partilhar informações sobre as políticas urbanas, no tocante aos marcos legais que levaram a construção das ZEIS, ao direito à cidade e uma breve apresentação da realidade do território. A revista ficou dividida da seguinte forma:

- Apresentação dos marcos legais, conceito de ZEIS e do PIRF;
- Uma breve apresentação da realidade coletada através do diagnóstico do PIRF, denominada no capítulo “Quem somos?”

- Na sequência apresentamos as principais demandas dos moradores coletadas através do diagnóstico com propostas de como buscar resolvê-las no capítulo “O que queremos x como fazer”, além de uma proposta para a criação de um observatório no território
- Por fim apresentamos um tópico sobre boas práticas para o cotidiano.

Aproveite a leitura, essa revista é fruto de uma construção coletiva!

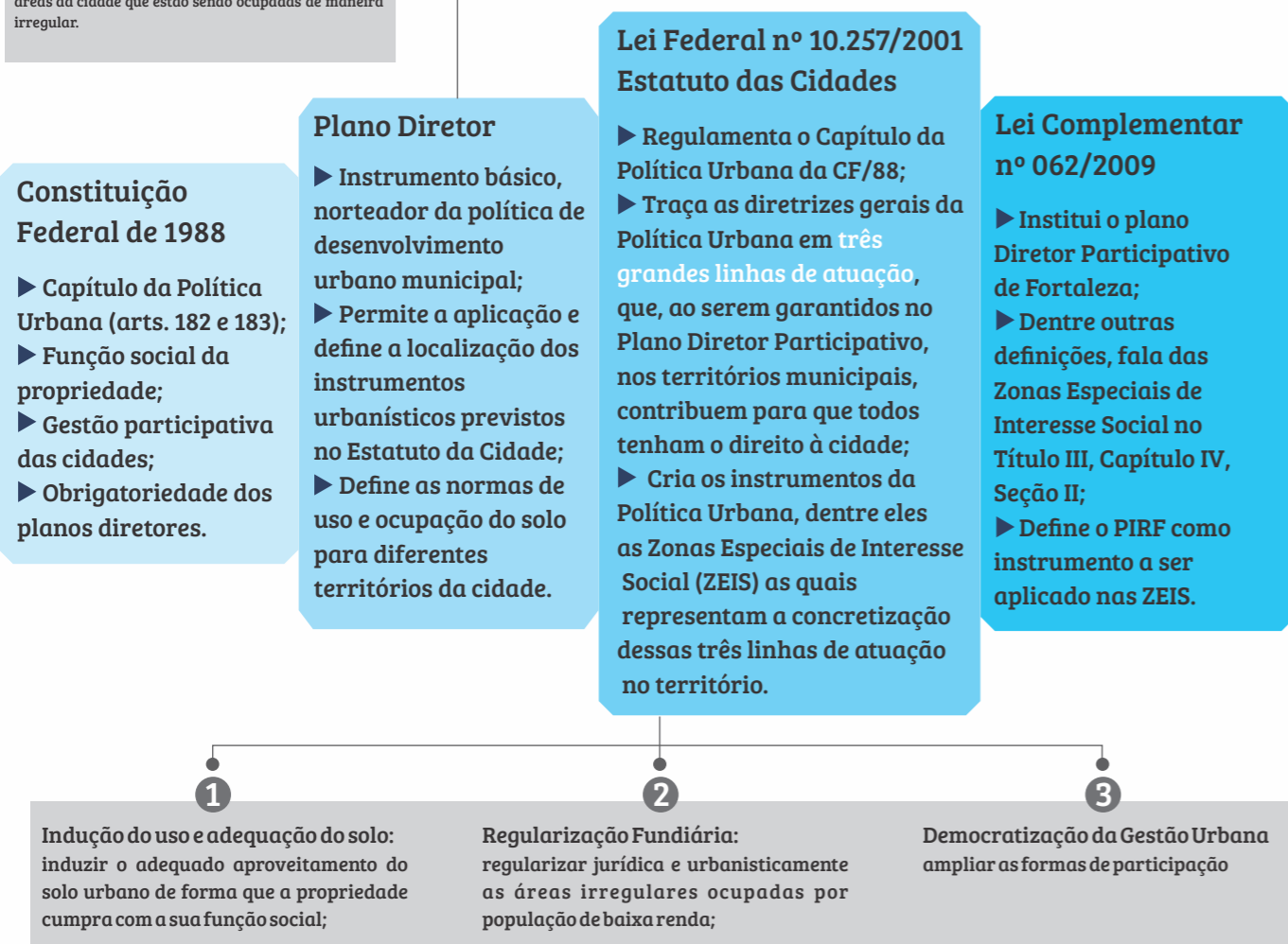
Como tudo começou?

A luta por moradia digna é uma constante na vida dos moradores de regiões antes esquecidas pelo poder público. Conseguir qualidade de vida em meio a tantos problemas demonstra que a população dessas áreas busca, sobretudo, permanecer em sua região e apresentar que essas áreas possuem coisas que vão além dos problemas. Mostraremos abaixo como a luta foi transformada em leis para garantir os direitos dos moradores.

Os marcos legais

Também estabelece as áreas para construção de moradias populares, de proteção ambiental, alternativas para transporte público e implantação de equipamentos, determina o destino das áreas da cidade, que hoje estão vazias, Determina a regularização das áreas da cidade que estão sendo ocupadas de maneira irregular.

“O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade.”¹



Mas afinal, o que é o PIRF?

É o Plano Integrado de Regularização Fundiária, um instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza para as Zonas Especiais de Interesse Social

(ZEIS). Trata-se de um conjunto de ações integradas, elaboradas pelo município de Fortaleza, Universidades e moradores da área. Objetiva o desenvolvimento global da

região em seus aspectos urbanísticos, socioeconômicos, de infraestrutura, jurídicos, ambientais, de mobilidade e de acessibilidade urbana¹.

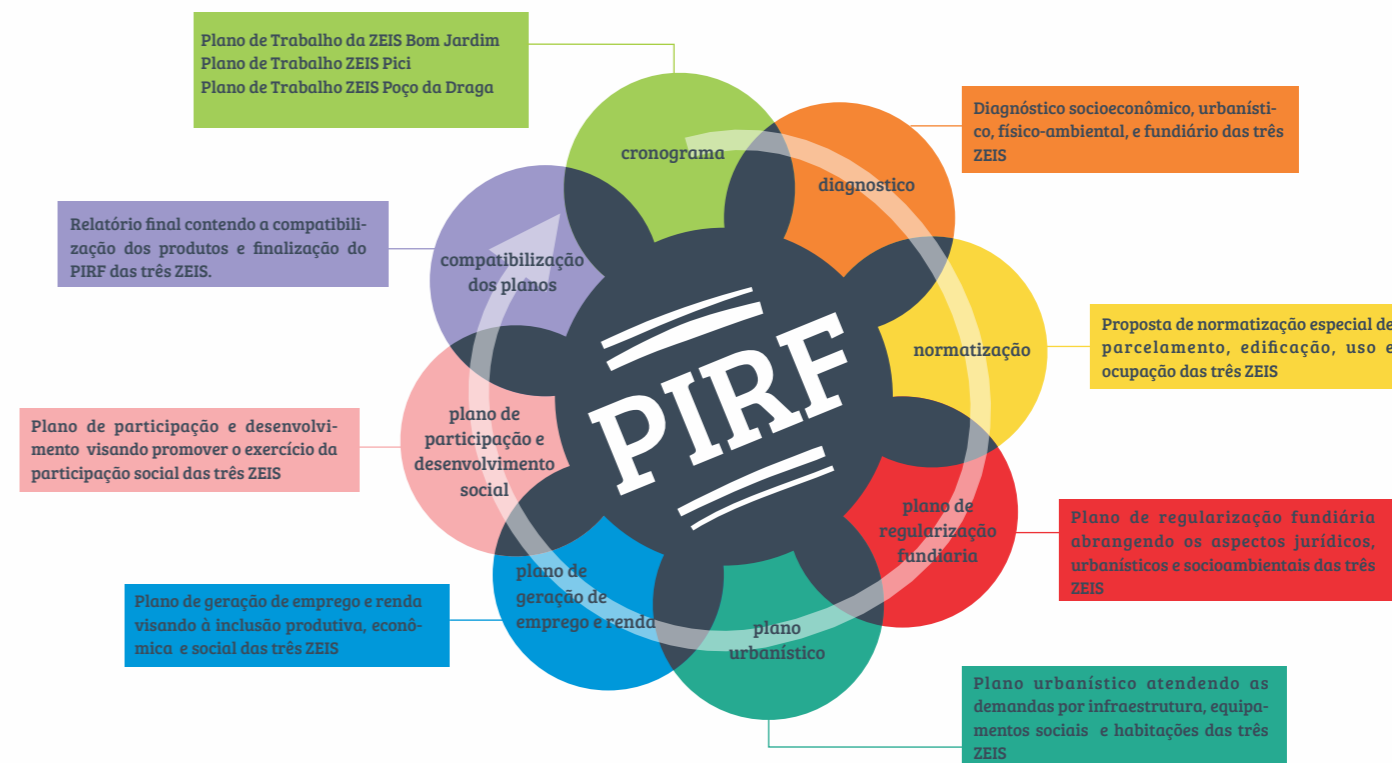
Logomarca do Plano realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com as comunidades do Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. Design: Jeferson Carvalho e Matheus Müller.



Como o PIRF pode me ajudar?

Após aprovado pelo conselho gestor e comunidade, esse plano servirá como instrumento de luta por direitos da comunidade.

Etapas do PIRF



E o que são as ZEIS?

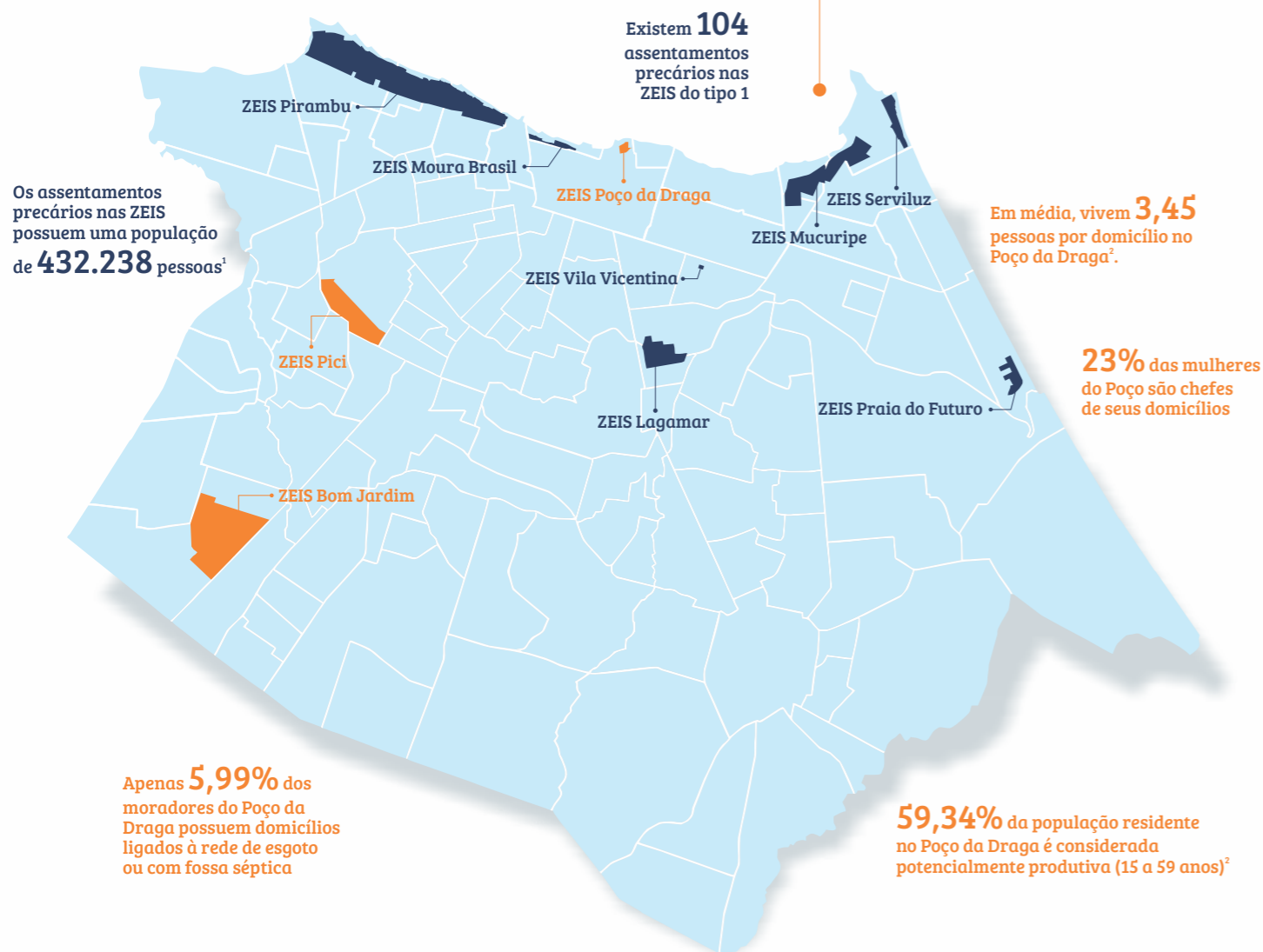
São Zonas Especiais de Interesse Social. Nas ZEIS as normas de ocupação do espaço podem ser diferentes do resto da cidade, sendo garantido aos moradores a permanência na área onde vivem, de forma regularizada, nos aspectos urbanísticos, jurídicos e sociais.

Existem no município de Fortaleza 135 ZEIS, sendo 45 do tipo 1, 56 do tipo 2 e 34 do tipo 3¹. A ZEIS do Poço da Draga enquadra-se no tipo 1.

No Plano Diretor de 2009, 10 das 45 ZEIS do tipo 1, foram consideradas do tipo prioritárias, onde os planos de regularização devem ser

preparados. A UFC é a responsável por elaborar o PIRF de **3 ZEIS**, são elas: Pici, Poço da Draga e Bom Jardim.

O processo é participativo e deve levar em consideração a voz que ecoa nas comunidades para que as demandas sejam sanadas e as mudanças sejam efetivas.



O Direito à cidade:

O Direito à Cidade surge como resposta às desigualdades sociais produzidas no âmbito urbano, que se manifesta na dualidade: cidade dos ricos e cidade dos pobres; cidade legal e cidade ilegal; concepção da cidade como mercadoria que resulta na

exclusão da maior parte dos habitantes através da segregação espacial; mercantilização do solo urbano e valorização imobiliária.

Cabe ao poder público através das políticas urbanas buscar construir cidades justas, inclusivas, com

partilhadas, dignas, pacíficas, solidárias e cidadãs. E a nós cidadãos, cabe a compreensão de que nossas ações individuais resultam no respeito ao interesse de todos e que a participação deve ser o instrumento para modificar a nossa realidade.



Conhecendo um pouco mais do **Poço da Draga**

"Nós vivemos no coração de Fortaleza, aqui pulsa as batidas da cidade, aqui iniciou tudo."

Isabel Cristina, moradora do Poço da Draga há 25 anos

Quem Somos?

O Poço da Draga começou recentemente **113** anos de existência. Sua ocupação inicia com pescadores e trabalhadores que atuavam no antigo porto de Fortaleza.

Seu nome decorre em razão da sua implantação ser em um local onde havia um setor para a guarda das dragas que retiravam a areia do leito do atracadouro que estava sujeito a inundações

pelas subidas de maré¹. Como podemos ver a história da comunidade é antiga. Vamos aos poucos buscar descobrir um pouco mais da importância dessa zona para nossa cidade.



Mapa da área (em azul) correspondente ao Poço da Draga¹

Atualmente o Poço da Draga está inserido na Regional II na área litorânea do bairro Centro em Fortaleza. Anteriormente, a área era do bairro

de Praia de Iracema. Essa mudança ocorreu recentemente (2015) com uma redefinição territorial dos bairros de Fortaleza, segundo a Lei de Uso e

Ocupação do Solo (LUOS). Nas próxima página veremos um infográfico com mais informações sobre a área do Poço da Draga.

Dados Gerais

Demográficos

Área:
3,55 ha

População¹:
1.282

ha= hectare
Densidade Demográfica:
361 hab/ha

Educação

28,6%²
dos moradores têm ensino fundamental incompleto

19%
dos moradores têm ensino médio incompleto

9,5%
não sabem ler ou escrever

Econômicos

14,3%
dos moradores estuda

33,3%
dos moradores não estudam nem trabalha

47,6%²
dos moradores trabalha

Pessoas por domicílio

23,8%
residências com 3 moradores

28,6%
residências com 4 moradores

23,8%
residências com 5 moradores

Tempo de moradia

28,6%
vive há mais de 40 anos no bairro

71,3%
vive há mais de 10 anos no bairro

9,5%
vive há menos de 10 anos no bairro

O que queremos / Como fazer

Participar do plano Diretor de 2020 com o objetivo de mudança da poligonal da ZEIS de 2009. Considera-se prioritário a **correção da poligonal** da ZEIS de 2009, com a integralização da vila dos correios e duas áreas de moradia dos Galdinos. Área total da ZEIS Poço da Draga 2009: 34.502,02 m². Área total corrigida pelo PIRF em 2019: 48.789,63 m².

O plano diretor de Fortaleza está no seu processo de revisão. No dia 13/11/2019 os 30 membros do Núcleo Gestor de Revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza foram empossados no auditório do Paço Municipal. O Núcleo é composto por 30 membros, sendo 15 membros do poder público e 15 membros representantes da sociedade civil. Esse é o primeiro passo para a elaboração do plano diretor. Esse núcleo será responsável, dentre outras coisas, por desenvolver a metodologia, o plano de trabalho e a efetiva participação da sociedade no processo de revisão do plano.

Segundo Moacir Maia, coordenador de comunicação da Prefeitura Municipal de

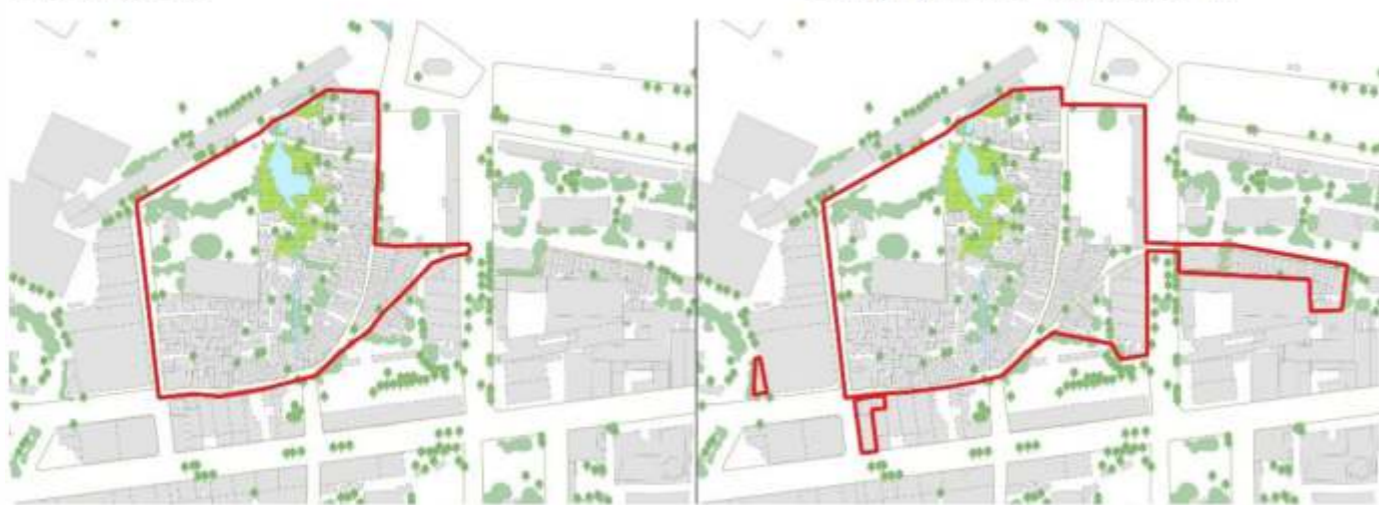
Fortaleza, o Prefeito Roberto Cláudio prevê a realização de 150 a 200 reuniões, entre territoriais e audiências públicas, já que a participação está prevista no Estatuto das Cidades. A comunidade pode e deve participar dessas reuniões para garantir a correção da poligonal da ZEIS.

Sugerimos que seja criada uma comissão de moradores para monitorar o andamento desse processo, inclusive sendo organizada dentro do **Observatório de monitoramento do PIRF**. O plano pode ser usado como instrumento dessa luta, já que consta no mesmo, os mapas e as justificativas dos moradores para essa integralização.

como fazer

Poligonal da ZEIS Poço da Draga (2009)
Área Total: 34.502,2m²

Correção da poligonal da ZEIS Poço da Draga (2019)
Área Total: 48.789,63m²



Utilizar socialmente os espaços ociosos do entorno (terreno da Cidal, galpão da Inace, galpão da Mulk, construção do Acquário): Construção de uma creche, CUCA Praia de Iracema, Posto de Saúde, dar acessibilidade às ruas internas e possibilitar o estacionamento dos carros dos moradores próximo das casas.

Ainda dentro das reuniões do Núcleo Gestor de Revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, os moradores podem expor a necessidade da implementação de políticas públicas na área da saúde e educação, visto que o Posto de Saúde localizado na rua Tabajaras foi retirado, e a creche não atende à demanda dos moradores. Como observado no diagnóstico, existem no território vazios que estão ociosos e podem ser utilizados para promover uma melhor

qualidade de vida para os moradores.

Sugerimos aos moradores que apresentem ao executivo a necessidade da população através da secretaria Regional do Centro, pois cabe a essa identificar e articular o atendimento às necessidades e demandas da população além de promover o desenvolvimento urbano, ambiental e social. Os dados contidos no diagnóstico podem servir de base para apresentação dessas demandas.

como fazer

Legalização das casas em concessão do CUEM (Concessão do uso especial de moradia)

Para requerer a Concessão Especial de Uso para fins de Moradia (CUEM) a associação de moradores poderá encaminhar pedido administrativo ao chefe do Poder Executivo (Prefeitura, Governo do Estado ou Governo Federal) que for responsável pela área pública ocupada. Visto que dentro do território existem terrenos da União, do estado e do município.

Após identificar o detentor do terreno, deve-se atentar aos requisitos necessários para formalização do pedido administrativo. São esses:

Requisitos:

- Somar cinco anos de posse sobre terreno público urbano de até 250m², até 30 de junho de 2001;
- Utilizar o terreno apenas para fins de moradia, sem serem proprietários de outro imóvel urbano ou rural;

• Não haver sofrido ação judicial por parte do Poder Público pedindo a desocupação da área.

Como requerer?

O requerimento deve ser feito no órgão público que é proprietário do imóvel (município, estado ou União). É importante frisar que nessa concessão o morador não será dono do imóvel, a propriedade continua em poder da Administração Pública, que concede ao ocupante o direito de usar o bem.

O direito de usar o terreno (concessão) é gratuito. O título de concessão será um contrato entre o Poder Público e o ocupante da área ou uma sentença judicial, caso o morador tenha entrado com uma ação. Nos dois casos, é um documento legal que protege o morador e deve ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis.

como fazer

Cursos para trabalhar em pousadas, restaurantes, escolas, institutos. Economia criativa (empreendedorismo não mercadológico). Mais vagas no Programa Jovem Aprendiz e mais cursos profissionalizantes (Tecnologias da Informação, francês, inglês, espanhol, gastronomia, instrutor de mergulho, aeronáutica, e cursos preparatórios para Enem e concursos.

Primeiramente, pensando nos jovens da comunidade, entendemos ser a evasão escolar o motivo da inserção precoce no mercado de trabalho, o que impede o jovem de ter uma capacitação que o permita alcançar postos de trabalho melhores. Por isso, compreendemos que proteger o adolescente desse ingresso precoce pode prover ao mesmo o direito à profissionalização alinhadas com suas expectativas.

Para isso, parcerias com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, com a Coordenadoria de Juventude e com a Secretaria de Educação do município, são importantes na promoção do direito à profissionalização com a integração entre educação básica e educação profissionalizante, dos jovens à partir dos 14 anos de idade.

Compreendemos também que seja necessária uma articulação junto Rede Municipal de Educação Infantil para a criação de mais uma creche na região, permitindo que os pais possam buscar emprego e capacitação seja com o poder público ou com iniciativas público-

privadas. Atualmente no Poço da Draga, o SINTAF (Sindicato dos fazendários do Ceará) e a INACE (Indústria Naval do Ceará), promovem alguns cursos de capacitação e geram emprego aos moradores.

Também é possível articular junto à Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social parcerias com outras instituições que promovam os cursos que valorizem a expertise dos moradores, e que estimulem a economia criativa, visto que os moradores são cercados de áreas de intenso comércio e os mesmos possuem qualificação e capital intelectual para atuar em áreas como artesanato, serviços, pesca, dentre outras. Além disso seria importante que os moradores que possuem essas expertises busquem atuar em conjunto buscando fomentar novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, promovendo um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social.¹

como fazer



Foto: Fernando Siebra

Ter mais **áreas para treinamento** de calistenia (treinamento físico em que se utiliza o peso corporal para movimentos acrobáticos e de força); instrutor para orientar o uso da academia ao ar livre (especialmente para idosos), **promoção de aulas** abertas de zumba, muay-thai e instrumentos musicais.

A parceria entre Universidade e comunidade pode ser importante na promoção de oficinas que ajudem os moradores a elaborar projetos sociais e na captação dos recursos que torne possível a sustentabilidade desses projetos. Aulas abertas de zumba, artes marciais e de instrumentos musicais podem ser incluídas dentro destes para melhoria de vida da população. A universidade sempre busca desenvolver projetos de extensão para a população, o que tornaria essas ações facilmente aplicáveis. Algumas empresas do terceiro setor também podem contribuir nesse papel, por isso é importante os moradores reunirem-

se para formar comissões que tenham o objetivo de listar essas empresas e apresentar comunidade.

O Corpo de Bombeiros Militar do Ceará desenvolve o "Projeto Saúde, Bombeiros e Sociedade (PSBS)" que realiza atividades voltadas ao bem-estar, especialmente de pessoas idosas. Além disso, objetiva integrar a população e empoderar as pessoas, principalmente mulheres. Essa é uma ótima oportunidade para uma parceira da comunidade com os bombeiros visto que essa iniciativa se tornou um programa regulamentado por lei no dia 28 de fevereiro de 2019.

como fazer

Patrimonializar a ponte metálica, que sofre perigo devido à falta de manutenção, e preservar o entorno.

O processo de patrimonialização de um bem pode ser feito através de algumas etapas: Envio de um ofício para a superintendência do Estado, para a Presidência do Iphan ou para o Ministério da cultura, que pode ser feito por qualquer cidadão. Após essa etapa, o bem deve ser avaliado por uma equipe de técnicos de várias áreas que irão elaborar um relatório analisando seus valores históricos, artísticos, arqueológicos e paisagístico. Após isso, o Departamento do Patrimônio Material encaminha o relatório para o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural que irá definir se o

bem pode ser enquadrado como patrimônio e define os limites de seu tombamento.

A parceria de moradores, universidade, prefeitura e empresas pode ser fundamental nesse processo. Um estudo técnico pode ser conduzido pela Universidade junto com os moradores mostrando a importância da preservação do bem histórico, que posteriormente, pode ser apreciado pela gestão municipal que buscará mecanismos que possam tornar a preservação da área viável. Uma comissão de moradores para acompanhar esse processo seria de fundamental importância.

como fazer

Proposta para um observatório

A construção de um observatório dentro do território é fundamental para o acompanhamento das políticas públicas e das demandas que a comunidade têm. Além disso, ajuda na articulação dos moradores para busca de parcerias com outras comunidades, Universidades, organizações do terceiro setor e entidades privadas que tenham interesse em desenvolver políticas públicas no mesmo.

Através do controle social a sociedade se organiza formal e informalmente para controlar não apenas os comportamentos individuais, mas para controlar as organizações públicas. (Bresser Pereira, 1997)

A equipe do Plano de Participação e Desenvolvimento Social do PIRF sugere aos moradores a criação desse observatório de monitoramento das ações do PIRF para que, junto com o Conselho Gestor, possam acompanhar todo o processo de implementação das ações propostas pelo plano, servindo assim como um instrumento de controle social do mesmo.

É importante salientar que esse instrumento servirá para integrar todas as ações que venham ser implementadas dentro do território, além de coletar e informar aos órgãos competentes demandas que possam surgir dentro da comunidade.

A seguir, apresentaremos um modelo para a criação do Observatório de Políticas Públicas na ZEIS do Poço da Draga pelos moradores que vivem no território.

Processo de criação e implementação

OBSERVATÓRIO



Nessa etapa, deve-se organizar a missão e os objetivos do Observatório. Quais suas aspirações, o que pretende reunir e como fazer dentro da proposta que lhe será estabelecida. Inicia-se com o objetivo principal que é a proposta geral do Observatório e depois para os objetivos secundários que servirão para alcançar o objetivo geral. Em seguida a construção dos objetivos, desenvolve-se a proposta de missão do Observatório. Nela deverá conter o foco de atuação e a razão da existência do mesmo. Isso ajudará a delimitar as ações e a inspirar os atores que participarão de todo o processo.


O segundo passo refere-se a toda a estrutura do Observatório. Sua localização física, sua organização interna e seus componentes. Sugerimos para essa etapa a divisão entre estrutura técnica e operacional. Na primeira deve-se pensar na base de apoio para o desenvolvimento do trabalho e reuniões, o local onde os documentos ficarão a disposição dos interessados e a rede de informações, que pode ser composta por estudantes, profissionais, universidades etc. A estrutura técnica pode ser composta pelo conselho da ZEIS, representantes de associações, do comércio, do poder público e de um corpo técnico fixo.

Com o planejamento e a estrutura organizacional realizada, deve-se fazer um retorno a missão e aos objetivos do Observatório. É necessário fazer isso para o pleno desenvolvimento das atividades e dos indicadores que balizarão todo o projeto. Dentro dos objetivos secundários desenvolve-se as atividades que deverão ser realizadas para concluir aquele objetivo específico com seu determinado indicador. O indicador é de fundamental importância, a partir dele, podemos evidenciar se a atividade foi realizada, aferir se os objetivos foram alcançados e se existem metas que não foram atingidas, colaborando para a avaliação do produto.

Com todo o projeto do Observatório já organizado, a próxima etapa é colocar em prática tudo que foi planejado. Para cada objetivo teremos atividades referentes ao mesmo que ajudarão a atingir a meta que lhe foi destinada. Cabe aos componentes do Observatório dedicação na conclusão das tarefas de cada objetivo, verificando se a meta foi atingida, podendo inclusive verificar se existem meios mais eficientes para conclusão da atividade. Importante ressaltar a importância do Conselho Gestor como ator nesse processo. Os membros devem atuar no Observatório verificando as atividades aprovadas no PIRF.



Incorporando boas práticas no cotidiano



Políticas públicas não são desenvolvidas apenas pelo poder público. Cabe a população um papel de protagonismo, não apenas na formulação, mas também na conservação das políticas e equipamentos implementados.

Para finalizar essa revista, procuraremos mostrar boas práticas no cuidado ao meio ambiente, na convivência com nossos vizinhos e nos serviços que estejam inseridos no território.

Cuidados com o meio ambiente

Evitando o desperdício de água

5 minutos são suficientes para o banho.

Cada utilização da descarga consome cerca de 15 litros de água.

Ao escovar os dentes ou passar sabonete, feche a torneira.



O uso da mangueira por 10 minutos gasta 186 litros de água. Evite o excesso.

Sempre leve consigo uma garrafa para reabastecer com água sempre que preciso.

A água da chuva pode ajudar a regar plantas, limpar o chão e até dar descarga.

No verão regar as plantas depois das 19h reduz a perda de água pela evaporação.

Cuidados com o meio ambiente

Descarte adequado do lixo

Largar lixo em calçadas, ruas, valas ou terrenos é crime ambiental e gera multa.

Medicamentos não podem ser descartados no lixo comum pois oferecem riscos à saúde.

Ao descartar cacos de vidro, envolva-os em um pedaço de jornal e em seguida, coloque-os em uma caixa.



Materiais como papel, vidro, metal e plástico podem ser reciclados. Separe-os pelo seu tipo.

Pilhas, baterias e eletrônicos devem ser entregues diretamente aos comerciantes para descarte.

Não descarte óleo na pia. Ele pode contaminar o solo e os reservatórios de água.

Cuidando dos espaços públicos

Espaços públicos são locais de encontros que devem ser apropriados pelos cidadãos. São espaços democráticos que revelam a cultura de um lugar, suas vocações, conflitos e contradições. Por essas características devem ser cuidados, não somente pelo poder público, mas por todos que dele usufruem. Além disso, esses espaços não são destinados exclusivamente para um público específico, a diversidade de pessoas estimula a convivência e o respeito ao próximo. Isso garante a vitalidade desses espaços e os tornam bons espaços públicos. Portanto, apesar da responsabilidade do poder público em construí-los, cabe a todos seu bom uso e manutenção garantindo assim, sua sustentabilidade.

Exemplos de espaços públicos

Espaços de circulação: avenidas, ruas, vielas

Espaços de recreação e lazer: praças, parques urbanos, quadras de esportes

Espaços de contemplação: jardins públicos, monumentos

Espaços de preservação: reservas ecológicas, praias, mangues

Espaços públicos com acesso restrito: edifícios, escolas, hospitais, centros de cultura

BOM

Respeito às pessoas

Jogar lixo nas lixeiras

Deixar os acessos livres

Ajudar na limpeza de áreas comuns

Informar ao poder público problemas nos espaços

Integrar a comunidade



RUIM

Vandalizar espaços públicos

Depredar equipamentos

Jogar lixo nas áreas comuns

Bloquear acessos

Não separar o lixo por seu tipo

Deixar entulho e restos de construção nas ruas

